

TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS

Maria Elisabeth Blanck Miguel (PUCPR)

5. Historiografia da educação brasileira e história comparada.

A história da educação no Brasil aparentemente possui tendências bem definidas, uma vez que nela imprimiram suas marcas a Igreja, o Estado e hoje, preponderantemente, o mercado. Tais tendências podem ser analisadas tomando-se como matriz as influências filosóficas apontadas por Suchodolski (1984) ou partir da classificação, já elaborada por Saviani (1987). Segundo este autor, sob a influência das concepções fundamentais da Filosofia da Educação, ou seja: concepção humanista tradicional, concepção humanista moderna, concepção analítica e concepção dialética, a história da educação brasileira poderia ser assim periodizada:

até 1930 - predomínio da tendência 'humanista' tradicional; de 1930 a 1945: equilíbrio entre as tendências 'humanista' tradicional e 'humanista' moderna; de 1945 a 1960: predomínio da tendência 'humanista' moderna; de 1960 a 1968: crise da tendência 'humanista' moderna e articulação da tendência tecnicista; a partir de 1968: predomínio da tendência tecnicista e a concomitante emergência de críticas à pedagogia oficial e à política educacional que busca implementá-la. (SAVIANI, 1987, p. 33)

Esta periodização apresentada pelo autor considera a perspectiva do modo como elas se articulam com o “movimento do real” (id.). Neste trabalho, esta articulação é buscada na conseqüente organização escolar e na concretização em sala de aula.

Os períodos nos quais cada uma delas marca a educação são aproximados e, como já foram explicados por Saviani, não se constituem em fases homogêneas e fixas, mas antes, são períodos nos quais suas características prevaleceram ou ainda prevalecem.

A tendência pedagógica humanista tradicional foi preponderante no Brasil, de 1554 até 1920, aproximadamente; a tendência humanista moderna marcou a educação, a partir desta data até 1971, e daí em diante prepondera a tendência tecnicista. Cada uma destas tendências, com uma determinada concepção de homem e de mundo influenciou a organização do sistema escolar e da escola, a seleção de conteúdos, os métodos de ensino-aprendizagem, as formas de avaliação e a relação professor-aluno.

Estas formas de concretização das tendências pedagógicas são aqui consideradas como categorias orientadoras do estudo. Segundo Saviani, em palestra proferida na Universidade Salesiana, em Americana (S. P.), em abril de 2003, “categoria é o conceito que ocupa posição chave em determinada teoria”. Aceita esta conceituação, categoria pode ser entendida como idéias preponderantes em determinada teoria ou podem ser assim consideradas as idéias que agrupam informações provenientes de pesquisas e que traduzem fenômenos ou fatos existentes na situação pesquisada.

A eleição, aparentemente “a priori,” das categorias orientadoras deste estudo, isto é, a organização do sistema escolar e da escola, a seleção de conteúdos, os métodos de ensino-aprendizagem, as formas de avaliação e a relação professor-aluno procedem do reconhecimento de que, no processo histórico da educação no Brasil, estas estiveram presentes desde a educação jesuítica.

CURY (1987, p. 21) quando trata as “categorias” as conceitua como “conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações. Elas surgem da análise da multiplicidade dos fenômenos e pretendem um alto grau de generalidade”. Mas, chama a atenção para o fato de que devem:

...corresponder às condições concretas de cada tempo e lugar. Elas não são algo definido de uma vez por todas e não possuem um fim em si mesmas. Elas ganham sentido enquanto instrumento de compreensão de uma realidade social concreta, compreensão esta que, por sua vez, só ganha sentido quando assumida pelos grupos e agentes que participam de uma prática educativa.

As categorias possuem simultaneamente a função de intérpretes do real e de indicadoras de uma prática educativa. Elas só têm sentido quando instrumento metodológico de análise, ligado à prática educativa e no contexto de um tempo e de um lugar determinados.

A partir das possibilidades de enfoques de categorias apresentadas pelos autores citados, é válida a consideração das mesmas enquanto categorias teóricas, isto é, idéias que ocupam posições-chaves em determinada teoria, e de categorias metodológicas, ou seja aquelas que fazem a mediação entre a totalidade (contexto) e a especificidade do objeto pesquisado. No caso deste estudo, as primeiras são: a concepção de homem e de mundo bem como a de cultura e de educação. As categorias metodológicas compreendem: a organização do sistema educacional e da escola, os métodos de ensino, as formas de avaliação e a relação professor-aluno.

HUMANISMO TRADICIONAL

O Humanismo tradicional é aqui considerado tal como foi concretizado pela educação jesuítica representando o movimento de expansão colonialista português alicerçado na ideologia católica da Contra Reforma. Neste sentido, os autores que têm estudado o período colonial da educação brasileira são unânimes em afirmar a inserção da atuação jesuítica no processo de expansão mercantilista de Portugal.

Os que consideram o contexto sócio-econômico, político e cultural daquele período histórico, encaminham as análises nesse sentido; outros o fazem detendo-se na obra jesuítica enquanto ação religiosa e pedagógica.

SODRÉ (1989) analisa a história da cultura brasileira tendo como principal categoria, o transplante cultural, isto é, a imposição de uma cultura dominante, a portuguesa, sobre a dos indígenas. Deste processo, são decorrentes a alienação e a assimilação. Assim, o conjunto de valores materiais e espirituais já criados pela humanidade e apropriados por uma classe que governa ou que detém o poder, teria sido transplantado para a colônia.

Durante os dois séculos da presença da ordem no Brasil, no período colonial, os jesuítas seguiram o Ratio Studiorum, definido em 1599. É relevante considerar este Código, pois ele influenciou a educação brasileira nos séculos seguintes ao seu descobrimento, principalmente na formação dos professores. É, também deste Código, que procedem os princípios e normas presentes na organização do nosso sistema educacional.

As condições objetivas do Brasil, no início de sua colonização, influenciaram as modificações, os contornos, os conteúdos e as práticas pedagógicas oriundas da proposta inaciana. Catequese, colonização, escolarização, fizeram parte do mesmo projeto inspirado pelo ideário da Contra-Reforma, no qual as ciências e a educação pública, não tinham prioridade.

A educação não fugiu a esse processo. Do Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia, Luiz da Grã dava notícias a Inácio de Loyola, contando que os jesuítas tinham muitas esperanças nos meninos, pois nadavam e pescavam muito bem; porém “eram muito inconstantes e afeiçoados à vida de seus pais.” (SODRÉ, 1989, p. 52). Ao lado das aulas de ler, escrever e da doutrina cristã, ou como parte dela, os meninos índios eram levados às práticas de flagelação. Na mesma carta, Luiz da Grã, contava que, na casa dos Meninos de Jesus da Bahia, “há disciplina muitas sextas-feiras do ano, santa quaresma, advento e depois de Corpus Christi até a Assunção de Nossa Senhora. Faz muita devoção no povo.

Disciplinam-se muitos homens e toda esta casa com Padres, irmãos e meninos.” (SODRÉ, 1989, p. 52).

Outros autores, dentre eles PAIVA (2000, p. 43) consideram o processo educacional jesuítico como um elemento da cultura portuguesa e buscam entendê-lo como manifestação da forma de relações sociais. Segundo este autor, “as letras deviam significar plena adesão à cultura portuguesa.” Ainda, segundo ele, as letras não tinham o significado de devocionismo, mas representavam um fundamento da cultura que se implantava, isto é, a organização da sociedade. O grau de acesso às letras determinava a própria estrutura social. Este princípio fez com que os colégios fossem logo destinados aos filhos dos colonizadores. Este é um traço que marca, ainda hoje, a cultura brasileira. Está historicamente inserido na organização do nosso sistema educacional: escola profissionalizante para os provenientes das classes menos favorecidas e cursos superiores, principalmente os considerados mais “nobres” (medicina, engenharia e direito), para os filhos das classes dirigentes.

No cenário da imposição da nova cultura, o ambiente que se tem notícia através dos documentos históricos consultados pelos autores, era o de guerra. Segundo Paiva, neles repete-se muitas vezes a notícia de que muitos índios eram mortos e também muitos negros e portugueses. Porém, (...) nada abalava o currículo nem a disciplina. A vida do colégio parecia continuar impávida, como se não estivesse envolvida pelo mesmo ambiente colonial. (PAIVA, 2000, p. 47)

O fato do ensino, nas escolas jesuíticas e principalmente nos colégios, pautar-se por princípios que não guardavam relação com o que se passava fora dos muros escolares, traduz o caráter formal da educação aristotélico-tomista, matriz do modelo pedagógico adotado pelo movimento da Contra - Reforma. Nessa concepção, o mundo é obra divina, acabada, perfeita. As imperfeições são decorrências da imperfeição humana deformada pelo pecado. Ao homem resta tornar-se perfeito, mortificando-se, flagelando-se ou admirando a obra divina.

Decorrente da concepção de mundo e de homem priorizava-se na educação os princípios da autoridade e da disciplina. O formalismo presente nos conteúdos literários selecionados dos clássicos, as disciplinas que compunham o trivium e o quadrivium (plano de estudos para os colégios e que substituiu o plano de estudo de Nóbrega), a ênfase nas atividades literárias e acadêmicas, o sistema de ensino retórico, mnemônico e que carecia de sentido para os aprendizes, caracterizavam o aspecto formal da educação.

No entanto, tal educação se dava nas relações de produção da vida material e espiritual. E, mesmo em situações inhóspitas, foi organizado o sistema educacional brasileiro, que segundo Fernando de AZEVEDO (1996), garantiu a unidade nacional, por meio de três fatores: a língua, que tinha o significado de expansão da colonização portuguesa; pela base ideológica e religiosa comuns, e pela organização de um único sistema de ensino, de norte a sul do Brasil.

HUMANISMO MODERNO

A expulsão da ordem, em 1759 e a reforma empreendida pelo Marquês do Pombal, marcaram o início, segundo alguns autores, do ensino público no Brasil. Esta afirmação não é de todo procedente, se a expressão “ensino público” for entendida enquanto um sistema educacional acessível a toda a população. O significado que esses autores querem dar é que a reforma pombalina foi inspirada pelas idéias iluministas e teve a intenção de iniciar o ensino público.

No entanto, a criação das aulas régias esparsas pelo Brasil e, na grande maioria das vezes, lecionadas por ex-alunos dos colégios jesuítas, assim como a criação do subsídio literário não chegaram, na Colônia, a caracterizar uma proposta educacional consistente. A influência da reforma pombalina atingiu os filhos das classes mais abastadas que faziam seus cursos na Universidade de Coimbra, uma vez que foi sobre esta instituição, que se fez sentir, com maior vigor, os efeitos da proposta iluminista, em Portugal. Há a ressaltar a experiência do Seminário de Olinda no Brasil enquanto proposta de inserir a educação dos seminaristas nos propósitos da economia fundamentada na mineração. Constituiu-se, porém, como experiência isolada.

Na segunda metade do século XIX, o incremento da lavoura cafeeira trouxe consigo mudanças na economia, na política, na formação da sociedade e na própria cultura. No seio dessas transformações surgiram duas novas classes sociais: a chamada burguesia industrial e o operariado. Para elas, a educação revestiu-se de importância. O comércio estimulado e as novas instituições financeiras criavam novos cargos e novos postos e padrões de trabalho. Segundo NAGLE (2001, p. 152) no sistema educacional brasileiro, a escola primária, tornou-se importante, “quanto aos objetivos, aos conteúdos e função social”. Nela se integrariam o humano e o nacional iniciando-se a difusão do seu caráter obrigatório, dotado de significado democrático e republicano. Seria esta instituição a

responsável pela diminuição da diferença entre a elite e o povo. Surgiu aí a idéia da escola enquanto formadora do homem produtivo.

A década de 20 é caracterizada por reformas estaduais, que de acordo com suas condições objetivas, procuraram realizar as intenções impressas no ideário educacional.

As principais características dessas reformas consistiam em propostas de alfabetização, transmissão dos conhecimentos básicos de História, Geografia e Ciências Naturais, aquisição de hábitos de higiene e de formação moral, com ênfase nos Trabalhos Manuais (trabalhos de agulha para as meninas e pequenos trabalhos com madeira, para os meninos). A importância dos Trabalhos Manuais não estava nas habilidades que pudesse desenvolver nos alunos, mas sim enquanto formador de hábitos de disciplina para o futuro cidadão e trabalhador.

O desenvolvimento da industrialização no Brasil provocou a implantação e a consolidação de uma pedagogia considerada necessária para desenvolver o homem produtivo: a Pedagogia da Escola Nova. Iniciada na Europa, no final do século XIX, desenvolveu-se e consolidou-se naquele continente, passando para os Estados Unidos e propagando-se por toda a América Latina depois da 2ª guerra mundial, quando os Estados Unidos afirmaram-se como país capitalista hegemônico.

As origens desse movimento, segundo PALÁCIOS estavam nas transformações sociais, econômicas, e culturais (também demográficas, segundo o autor), criadas pelo industrialismo que transformou a família patriarcal em nuclear, ao retirar do ambiente doméstico, as mulheres e também as crianças. Além disso, as mudanças políticas foram caracterizadas por aspirações democráticas,

por la lucha por alcanzar los ideales de libertad, igualdad y fraternidad, por el deseo de remodelación del mundo; transformaciones, en el otro extremo, caracterizadas por el progresivo auge del capitalismo y por la segregación cada vez más acentuada de las capas sociales en las que éste apoyada su expansión (1987, p.27).

As influências das inovações educacionais recebidas de autores europeus e norte-americanos, e o conhecimento de novas experiências nesse campo, adicionaram às necessidades que o contexto brasileiro apresentava os ingredientes para a solicitação de novas propostas. As idéias de Dewey, na leitura de Anísio Teixeira, orientaram reformas no ensino e marcaram nosso ideário pedagógico.

As novas idéias apareceram como uma resposta educacional às modificações socio-econômicas e políticas, mas para Azevedo (1996), elas surgem também porque, até

então, o Brasil carecia da organização de um sistema educacional que garantisse bases comuns e tivesse as mesmas diretrizes a orientá-la.

Essa concepção de educação modificou conseqüentemente, a concepção de professor, aluno, trabalho pedagógico, conteúdos, formas de avaliação e também, a relação com o educando durante o processo ensino-aprendizagem. O professor passou a ser visto como aquele que, na sua tarefa educativa, se utilizaria do método científico levando para a sala de aula as experiências no campo pedagógico; experiências inspiradas, principalmente pela Biologia Educacional, Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento e, ainda pela Sociologia. A formação do professor passou, a partir desse momento, a ser percebida como necessariamente muito mais sólida, uma vez que não se fundamentava apenas na vocação.

É importante salientar que nessa concepção, o apreender é um ato interior do aluno, dependendo necessariamente de crescimento e maturação. Este conceito gerou um dos princípios da aprendizagem, segundo Dewey, o de que o aluno deve “aprender a aprender”. Hoje, este princípio, é retomado pela Pedagogia, assim como o da metodologia do “ensino com pesquisa” e, ainda, o conceito do professor enquanto um “facilitador” da aprendizagem. No entanto na nova abordagem, reduz-se o conceito maior somente ao de aprendizagem, minimizando desse modo a função do professor.

A Escola Nova no Brasil pode ser conceituada como uma pedagogia burguesa que pretendeu expandir a escolarização até os limites permitidos pelo capitalismo e que representou a forma mais acabada que tomaram, no plano educacional, as idéias representativas do Humanismo Moderno, isto é, como predomínio da Razão Humana, enquanto ideal iluminista. Manifestou-se na metodologia científica procurando manter a divisão entre as classes sociais, justificada pelas diferenças individuais. Conviveu com a estrutura patriarcal e oligárquica e conseqüentemente com o Humanismo Tradicional. Alicerçada no Liberalismo e expressão de uma nova classe que surgia, com a primeira mediou forças e por fim negociou suas teses. Mas, do seu seio surgiram novos conceitos, incontestáveis e irrevogáveis, que marcaram definitivamente a história da educação, abrindo-lhe um novo rumo.

O TECNICISMO NA EDUCAÇÃO

O Tecnicismo, ao se instalar na educação brasileira deslocou o sujeito da educação. Se, na tendência Humanista Tradicional, o professor ocupava este lugar e no Humanismo Moderno, o aluno passou a ser o centro do processo educativo, no Tecnicismo, o sujeito passou a ser a técnica. Este deslocamento procedeu das modificações educacionais sofridas em função de mudanças no contexto sócio-econômico e político.

Com a imposição de novo modelo econômico e conseqüente mudança do modelo político, alterou-se também o modelo educacional. Na verdade, foi pensado em um novo tipo de homem que valesse para o mercado enquanto fator de produção. Assim, por meio da influência norte-americana, viabilizada na educação pelos acordos MEC-USAID, adotou-se a concepção de homem enquanto recurso humano.

Segundo SCHULTZ (1973, p.53) a distinção do capital humano é que ele faz parte do homem.

É *humano* (em itálico, no original) porquanto se acha configurado no homem, e é *capital* porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas. Onde os homens sejam pessoas livres, o capital humano não é um ativo negociável, no sentido de que possa ser vendido. Pode, sem dúvida ser adquirido, não como um elemento de ativo, que se adquire no mercado, mas por intermédio de um investimento no próprio indivíduo. Segue-se que nenhuma pessoa pode separar-se a si mesma do capital humano que possui. Tem de acompanhar sempre, o seu capital humano, quer o sirva na produção ou no consumo.

Esta visão do homem enquanto capital na sua própria natureza modificou profundamente a educação. Aliada à concepção taylorista de “trabalho,” determinou mudanças radicais no sistema educacional que estava em processo de reconstrução.

A reforma expressa nas leis 5540/68 e 5692/71, a primeira relativa ao ensino superior e a segunda relativa aos ensinos de 1º e 2º graus, deram aos respectivos níveis de ensino nova direção, resultado das mudanças estruturais sofridas.

As mudanças no ensino superior caracterizaram-se pela racionalidade administrativa e modernização de meios em função dos fins ditados pelo sistema que se implantava. No entanto, apregoava-se a neutralidade da ciência e forçava-se a universidade apolítica, por medidas tomadas nos Atos Institucionais que tolhiam a liberdade de

expressão, bem como a reunião de grupos de pessoas, as discussões acadêmicas, o discurso crítico.

A globalização entendida como a expansão do modo de produção capitalista em escala mundial criou a conseqüente expansão da competição e trouxe para a educação, principalmente nos países dependentes de tecnologia e que ainda não deram conta da escolarização de sua população, o recrudescimento do problema de tipos de educação diferenciada conforme as classes sociais, criando defasagens cada vez maiores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as tendências Humanista Tradicional e Humanista Moderna ainda estão presentes na educação brasileira. A primeira, na dissociação entre o real e o formal, na separação entre a educação das diferentes classes sociais e no enfraquecimento da escola pública. O Humanismo Moderno faz-se presente nos cursos e disciplinas que priorizam as descobertas e experiências e valorizam a razão humana. Porém, o Tecnicismo é preponderante, embora se utilize de princípios da Pedagogia da Escola Nova, tais como o “aprender a aprender” e o “método de projetos”. Esta tendência concretizou uma separação entre as tendências humanistas e o homem enquanto recurso humano. A influência do Tecnicismo está presente hoje, na distribuição diferenciada do conhecimento que consagra a permanência de modelos diferenciados de ensino, contribuindo para a diferença entre as classes sociais.

O Humanismo Tradicional e o Tecnicismo constituem-se nas duas tendências que definitivamente conformaram (a primeira) e conformam (a segunda) a educação brasileira porque suas concepções de mundo, de homem e de educação abrangeram todo o sistema educacional, nos diferentes períodos modificando os conteúdos, a formação dos professores e a relação professor-aluno.